

DESCENTRALIZAÇÃO OU CENTRALIDADE? UMA ABORDAGEM DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE LONDRINA E MARINGÁ

José Roberto Machado

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá- PGE/UEM e Professor da UNIESP, unidade de Nova Esperança. Bolsista da CAPES. E-mail: zeroma_uem@hotmail.com

Márcia Siqueira de Carvalho

Docente do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá- PGE/UEM. E-mail: marcar@uel.br

RESUMO: Nossa intenção é analisar a produção do espaço urbano das cidades de Londrina e Maringá, no que se refere ao processo de (des)centralização urbana mediante produção de equipamentos, atividades e serviços de consumo, no transcorrer do período de 1990 a 2012. Assim, nos propomos a compreender e analisar como e porque ocorreu o processo de descentralização em função da formação de um ou mais núcleos de atividades ou serviços urbanos em Londrina e Maringá, e conseqüentemente a sua espacialização. Aqui, ressalta-se a importância de entender porque só agora Maringá entrará num processo mais acentuado de descentralização a partir da presença do Catuaí (inaugurado em novembro de 2010), já que Londrina por sua vez, passa por esse processo há vários anos e ainda está em curso. Dessa forma, há novas formas sendo criadas neste processo denotando maior complexidade comparativa a Londrina.

Palavras-Chave: Maringá; Londrina; Espaço Urbano; Descentralização

DECENTRALIZATION OR CENTRALITY? AN APPROACH OF THE PRODUCTION PROCESS OF SPACE AND URBAN LONDRINA MARINGÁ

ABSTRACT: Our intention is to analyze the production in Londrina and Maringá's urban space, concerning the urban (de)centralization process by means of equipment production, consumption activities and services, in the period of 1990 to 2012. Thus, we propose to understand and analyze why and how the decentralization process occurred due to the formation of one or more urban services or activities nucleus in Londrina and Maringá, and its consequent specialization. Here we highlight the importance of understanding why just now Maringá will enter a deeper

decentralization process started by the presence of Catuaí shopping mall (inaugurated in November 2010), as Londrina has been under this process for several years and still is. Then, there are new ways being created in this process denoting more complexity when compared to Londrina.

Key Words: Maringá; Londrina; Urban Space; Decentralization

INTRODUÇÃO

O trabalho é resultado de estudos desenvolvidos nas cidades de Londrina e Maringá, com o objetivo de entender a lógica da produção urbana através de equipamentos, atividades e serviços de consumo coletivo das duas cidades inserida na lógica capitalista de produção, que se traduz num processo de descentralização/centralidade urbana, enfatizando o papel dos shopping centers nesse processo.

Dessa forma, o trabalho versará sobre a produção do espaço urbano em Londrina e Maringá relativo ao período de 1990 a 2012, pois nestes últimos anos o processo de produção de equipamentos de consumo coletivos (atividade e serviços) se intensificou em função da estabilização da moeda brasileira – o real –, do crédito imobiliário e do aumento do consumo. No bojo deste, emerge também, compreender como e porque ocorreu o processo de descentralização na cidade de Londrina e de centralidade na cidade de Maringá, pois mesmo sendo cidades com origens similares (Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP/Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP) e próximas uma da outra (cerca de 90 km), possuem diferenças quanto à dinâmica da centralização e da descentralização urbana.

Pretende-se analisar um processo inicial de reestruturação do espaço urbano destas duas cidades paranaenses, fundamentado num estudo teórico-conceitual-empírico sobre a dinâmica dos processos espaciais de centralidade e da descentralização no interior das cidades mediante produção de equipamentos, atividades e serviços de consumo. O nosso objeto de estudo está localizado no Norte Central Paranaense (Figura 1). Nestas cidades, observa-se um processo recente de reorganização do espaço intra-urbano, que se expressa enquanto surgimento de novas centralidades e descentralização.

No estudo do urbano encontra-se uma literatura bastante vasta e diversificada. Nem por isso se pode dizer que este tema esteja esgotado, até porque as contradições do próprio sistema,

bem como a complexidade urbana das cidades brasileiras, apresentam objetos de estudo ainda não pesquisados e, mesmo pesquisas já realizadas apresentam, a cada dia, novos elementos de análise.

PROCESSOS E FORMAS NO ESPAÇO URBANO

A cidade capitalista é o “locus” da concentração de várias transformações ocorridas com o decorrer do tempo, possuindo duas finalidades básicas: a exploração e, conseqüentemente, o lucro. Dessa forma, independentemente de quem ocupe seu espaço, este acaba se materializando em um determinado momento, cristalizando o ambiente construído, através de alianças políticas, relações de poder e troca.

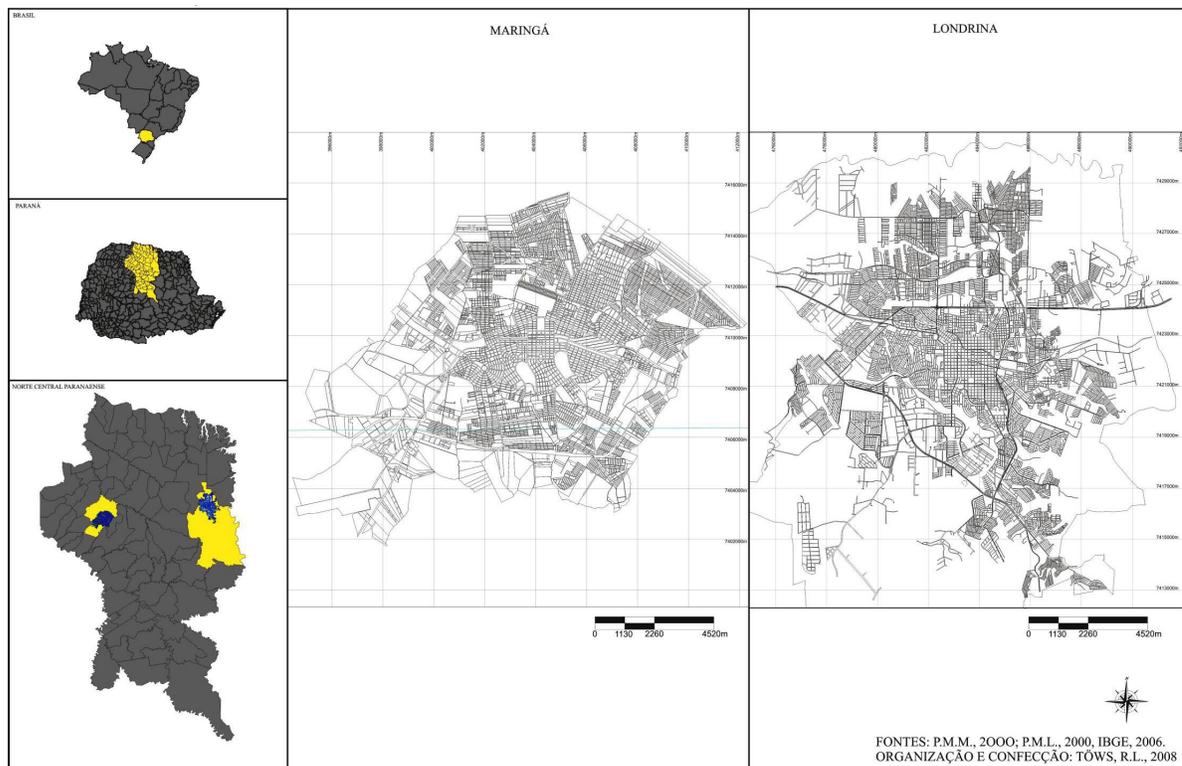


Figura 1: Localização das Cidades de Maringá e Londrina no Contexto da Mesorregião Norte Central Paranaense. Fonte: TÖWS, R. L., 2010.

A análise das dinâmicas que orientam a reestruturação contínua dos espaços intra-urbanos permite verificar a importância dos estudos de suas áreas centrais, pois elas desempenham papel fundamental na dinâmica de articulação entre os diferentes usos do solo urbano.

O espaço de uma cidade se constitui no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si, ou seja, área central, distritos industriais, áreas residenciais, áreas de preservação, de lazer, entre outras, formando, assim, a organização espacial da cidade – o espaço urbano, no qual o centro da cidade funciona como o núcleo das possíveis articulações entre os usos disponíveis na cidade. Conforme explica Corrêa (1999), a área central constitui-se no foco principal não apenas da cidade, mas também de sua hinterlândia. Nela concentram-se as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada, e os terminais de transportes inter-regionais e intra-urbanos. Ela se destaca na paisagem da cidade pela sua verticalização.

A formação desses núcleos urbanos acontece de acordo com as necessidades de moradia, de consumo de bens materiais e dos serviços, do comércio de sua população e, particularmente, de acesso aos locais onde as relações sociais são estabelecidas, estando ligada essencialmente a três fatores: econômico, político e defensivo.

O fator econômico consta como o maior influenciador na formação de cidades, pois permite operações comerciais intensas, e o centro é o lugar favorito para as trocas de mercadorias vindas de outras cidades e também produzidas no próprio município. O Estado também tem seu papel de formador da cidade, como é o caso de várias cidades planejadas no país.

O processo de centralização passa a ser bastante considerado pelos estudiosos no século XX, tendo em vista a importância que o centro passa a desempenhar na cidade.

Segundo Corrêa (1999), processo espacial é um conjunto de forças atuantes ao longo do tempo, postas em ação pelos diversos agentes modeladores, que permitem localizações e realocações das atividades e da população na cidade. O autor acrescenta que os processos espaciais são as forças através das quais o movimento de transformação da estrutura social, o processo, se efetiva espacialmente, refazendo a espacialidade da sociedade.

O lugar central de uma cidade assume o papel de centro inovador e de intercâmbios e ainda papel simbólico. É o local privilegiado das políticas públicas e programas de intervenção urbanística: como símbolo máximo de detenção de poder, sempre se revela extremamente

exposto aos sucessivos paradigmas imagéticos das classes dominantes, sempre no sentido de viabilizar o avanço do capital imobiliário e industrial.

O centro da cidade talvez seja o espaço mais estudado pelos geógrafos urbanos. A formação, a evolução e o crescimento do centro principal são temas recorrentes na literatura geográfica sobre o estudo das cidades. Tradicionalmente, os estudos intra-urbanos conceberam o centro como um espaço multifuncional, com intensa densidade urbanística, verticalização e esvaziamento demográfico. Os manuais de Geografia Urbana e os dicionários de Geografia enfatizam o centro como sinônimo de concentração de comércio, de serviços e de funções administrativas e também acentuam seu valor simbólico e histórico. No entanto, a temática da centralidade admite vários enfoques e várias leituras. Por um lado, podemos conceber o centro no contexto da estrutura urbana e avaliar sua importância para o conjunto da cidade; por outro, podemos investigar a dinâmica interna das centralidades. Para limitar-nos a alguns tópicos que demonstram essa diversidade analítica, citamos a questão do esvaziamento demográfico das áreas centrais, a problemática do trânsito e dos estacionamento, as condições ambientais, as metamorfoses paisagísticas e os projetos de revitalização de centros históricos.

O centro é o foco do sistema de comunicações, do nível local ao internacional, e possui forte influência na localização de todas as formas de atividades nessa área. É também uma das áreas diversificadas nos planos geográfico e funcional no processo de aglomeração, a qual, através das técnicas de decisão, assegura a apresentação de rendimentos crescentes. A concentração impõe economia de escala, indivisibilidade, inflexibilidade e novas formas de organização de produção que levam às novas concentrações.

O centro caracteriza-se pela expressão territorial da área e está em constante transformação, não apenas das formas materiais, mas também imateriais, que é o que dá vida e movimento, sendo o centro seu conteúdo simbólico.

Nesse contexto, citamos Ramires (1998, p.35), para quem:

O centro da cidade é o espaço mais transformado de aglomeração urbana, nos seus aspectos arquitetônicos, refletindo diferentes processos sociais, políticos, econômicos e culturais, que o atingem como um todo. Geralmente, essas áreas são objeto de grandes projetos de renovação urbana, promovidos pelo poder público, e que envolvem interesses de diversos agentes produtores do espaço urbano.

A importância das áreas centrais é salientada por Del Rio (1996) quando examina a multifuncionalidade desses locais, pontuando que o lugar central de uma cidade assume papéis de centro inovador, simbólico e de intercâmbios, características relativas a um ‘centro de cidade’ presentes nas expectativas de qualquer pessoa, e, por isso, fundamentais para as imagens públicas da maioria das cidades.

Isso vem ao encontro das palavras de Castells (1983), quando enuncia que o centro é o espaço que permite, além dos elementos de sua ocupação, uma coordenação das atividades urbanas, uma identificação simbólica e ordenada dessas atividades; daí a criação das condições necessárias à comunicação entre os atores.

Geralmente, nos centros ocorre uma grande dinamicidade, especialmente pela grande procura tanto para locação como para compra de pontos de comércio e serviços, como podemos observar na afirmação de Ramires e Soares (1995, p.26):

O centro da cidade é o espaço mais reconstruído da aglomeração urbana, seja do ponto de vista arquitetônico ou econômico. Esse processo ocorre cotidianamente, seja na abertura de lojas e escritórios, galerias e centros comerciais, ou na construção de edifícios, recuperação de prédios antigos, reordenação das vias públicas, entre outros.

Devemos tomar muito cuidado para não conceituarmos erroneamente as várias categorias de centros urbanos, corroborando Villaça (1998) quando postula que inicialmente convém deixar clara a necessidade de estar atento para o fato de que variam muito os conceitos e as realidades representados pela expressão centro urbano; por conseguinte, é preciso cautela na interpretação desse vocábulo e também em sua utilização. Esse termo pode designar os chamados centros tradicionais (impropriamente chamados de centros ‘históricos’), como CBD (Central Business District) dos americanos; e pode designar uma área central mais ampla, como a que os urbanistas brasileiros chamam de ‘centro expandido’.

A relação entre centro e centralidade é apreendida de diferentes maneiras entre os vários segmentos sociais. Existe certo consenso quando nos referimos aos grandes equipamentos, como,

por exemplo, os shopping centers, porém outros pontos tidos como centrais pelas classes de menor poder aquisitivo não são mencionados pelas classes de elevado *status* social.

A centralidade, entendida aqui, como característica da concentração de atividades e fluxos de pessoas, capital, numa dada área do território, ganha relevância na apreensão da (re) estruturação da cidade, basicamente, a partir da dinâmica de desconcentração/concentração territorial urbana. Esta, por sua vez, circunscreve-se ao contexto de transformações, neste século, que tem resultado, também, na dinamização do processo de urbanização, fazendo com que algumas cidades concentrem e multipliquem cada vez mais papéis e funções, expandindo-se territorialmente e passando por um reordenamento espacial.

Para diferenciarmos o que é centro do que é centralidade, faz-se necessária a compreensão dos processos originários da própria divisão social do trabalho que estão materializados na cidade através de suas formas. As formas são, assim, o resultado desigual e combinado das muitas forças que atuam na sociedade capitalista, as quais contêm símbolos carregados de história.

Para Sposito (2010, p. 204), “a centralidade é entendida enquanto processo, e o centro como expressão territorial”. Logo, a centralidade está relacionada aos processos que se materializam em certos pontos da cidade, identificados pela densidade dos fluxos e fluidez no território. A centralidade não se localiza em toda a área central, porém é mais visível em alguns pontos, aqueles para onde convergem os fluxos materiais e imateriais. O centro caracteriza-se pela expressão territorial da área. Em seu interior podemos encontrar um ou mais pontos que expressam a centralidade.

A centralidade está relacionada à presença dos grandes equipamentos de consumo coletivo. No passado, ela era única, pois a cidade possuía um único centro, que sediava a maioria dos equipamentos de consumo. Mas, hoje, existem novas localizações dos equipamentos comerciais e de serviços concentrados e de grande porte, que determinam mudanças de impacto no papel e na estrutura do centro principal ou tradicional, o que provoca uma redefinição de centro, de periferia e da relação centro x periferia.

Não obstante, é preciso perceber e explicar que essa forma espacial de centralidade possui uma lógica, de maneira que não são obras do acaso, mas frutos da concentração do capital em mãos privadas e de sua necessidade de reprodução contínua e ampliada, não importando se

sua origem é imobiliária, financeira ou comercial. O importante é que esse grande capital construiu um local comercial de forma concentrada e encontrou uma maneira de reproduzi-lo melhor através da manutenção do monopólio do espaço de vendas.

No atual estágio da sociedade capitalista deparamo-nos com um movimento de concentração econômica de grupos empresariais e financeiros, embora com uma dispersão da produção por meio da adoção de formas de produção flexível que impõem mudanças na estruturação interna das cidades.

Sposito (1998) observa que a redefinição da centralidade não é um processo novo, mas os impactos das transformações econômicas e da produção tornaram esse processo mais dinâmico e rápido, não mais restrito às grandes metrópoles: as cidades médias também têm passado por um processo de redefinição da centralidade.

Analisando o processo de urbanização no século XX, constatamos que um dos fenômenos mais marcantes dentre as transformações por que passaram e passam as cidades é o da multiplicação e diversificação de áreas de concentração de atividades comerciais e de serviços. Essas atividades são geradoras e decorrentes de fluxos que, ao se estabelecerem e se intensificarem, geram novas centralidades, como têm mostrado diferentes estudos.

O aumento do número de áreas centrais produz duas dinâmicas econômico-territoriais correlatas entre si: de descentralização territorial dos estabelecimentos comerciais e de serviços e a de recentralização dessas atividades mediante iniciativas de duas ordens. Tais iniciativas são observadas simultaneamente: a de surgimento de novas atividades e estabelecimentos comerciais e de serviços fora do centro principal e a realocação, em novos centros, de atividades e estabelecimentos que antes estavam restritos ao centro principal.

A redefinição da centralidade intra e interurbana nas áreas metropolitanas já vinham se constituindo desde o pós-guerra em função da própria concentração demográfica. Todavia, uma ramificação mais imediata dessa concentração econômica foi o interesse dos grandes grupos do setor comercial e de serviços por mercados urbanos não metropolitanos.

A ocorrência de áreas centrais nas cidades resulta, via de regra, de um processo de localização das atividades comerciais e de serviços no seu interior. Sposito (2001, p.237) enuncia que esse processo é dinâmico e para tal concorrem determinantes de diferentes naturezas, tais como:

mudanças nos papéis urbanos de cada cidade numa divisão territorial do trabalho que se estabelece entre as cidades de uma rede urbana; ritmo de crescimento econômico e demográfico das cidades; formas de expansão dos tecidos urbanos relacionadas com seus sítios urbanos; instalação de novas infraestruturas para circulação e emergência de novas formas de transporte; ampliação dos gradientes intra-urbanos de preços fundiários e imobiliários; investimentos privados e públicos, esses últimos, sobretudo, em meios de consumo coletivo; dinâmicas de diferenciação socioespacial dos usos de solo residencial, comercial e de serviços; etc. A combinação dessas determinantes ocorre de forma diferenciada em cada cidade, gerando arranjos territoriais e funcionais que se distinguem entre si.

Está havendo um processo de multiplicação das áreas centrais, e a observação dessa tendência pode ser reconhecida como a materialização de uma lógica que passou a orientar a constante dinâmica de reestruturação das cidades brasileiras. A multiplicação de áreas de concentração de atividades comerciais e de serviços revela-se através de nova espacialização urbana, permitindo-nos identificar o conceito de centro prevalentemente à dimensão espacial da realidade. Em outras palavras, o reconhecimento da multiplicação de áreas centrais de diferentes importâncias e papéis funcionais pode se dar pela observação da localização das atividades comerciais e de serviços.

Não obstante, essa redefinição não pode ser analisada apenas no plano da localização das atividades comerciais e de serviços, como já tem sido apontado por diferentes autores, mas deve ser estudada/analisaada a partir das relações entre essa localização e os fluxos que ela gera e que a sustentam. Os fluxos permitem a apreensão da centralidade, porque pelos nódulos de articulação da circulação intra e interurbana que ela se revela.

Essa circulação é, evidentemente, redefinida de forma constante pelas mudanças na localização territorial das atividades que geram a concentração. Desse ponto de vista, não há centro sem que se revele sua centralidade, assim como essa centralidade não se expressa sem que uma concentração se estruture.

Se o centro se revela pelo que se localiza no território, a centralidade é desvelada pelo que se movimenta no território, relacionando a compreensão da centralidade no plano conceitual, prevalentemente à dimensão temporal da realidade.

O que é central é redefinido em escalas temporais de médio e longo prazo pela mudança na localização territorial de atividades. A centralidade é redefinida continuamente, inclusive em

escalas temporais de curto prazo, pelos fluxos que se desenham através da circulação das pessoas, das mercadorias, das informações, das ideias e dos valores.

A relação entre centro e centralidade é inexorável, e a distinção entre esses conceitos se faz necessária. Ambos se definem por dinâmicas propulsionadas por determinantes objetivas, como as possibilidades de mercado dadas por uma localização qualquer; por outro lado, resultam também de determinantes subjetivas, definidas pelos conteúdos simbólicos produzidos historicamente ou de signos forjados pelas lógicas de mercado.

A cada nova localização de atividades que geram e exigem concentração há uma redefinição da centralidade que resulta do que muda em relação ao que permanece no plano territorial e no plano das representações que se constroem sobre o espaço urbano e suas áreas centrais.

Castells (1988) ressalta que o conceito de centralidade refere-se à combinação de vários processos sociais no espaço, acrescentando que não há uma centralidade, e sim um conjunto de processos que a definem. Também a partir dessa abordagem verificamos o quanto a centralidade pode ou não ser fugaz, efêmera ou transitória, porque ela não se institui apenas pelo que está fixo no espaço, mas pelas mudanças ocorridas no decorrer do tempo pelo uso, apropriação e sentido dado aos espaços e deles apreendidos.

Em síntese, enquanto a localização, sob a forma de concentração de atividades comerciais e de serviços, revela o que se considera como central, o que se movimenta institui o que se mostra como centralidade. São duas expressões da realidade urbana que articulam com pesos diferenciados as dimensões espacial e temporal desse espaço.

A construção da descentralização das atividades e serviços em determinadas áreas da cidade revela o caráter da produção do espaço na cidade. Esta é uma produção totalmente subordinada ao processo de reprodução do capital, que preside, em última instância, sua reprodução espacial.

No atual estágio da sociedade capitalista, observamos um movimento de concentração econômica de grupos empresariais e financeiros assim como uma dispersão da produção através da adoção de formas de produção flexível que impõem mudanças na estruturação interna das cidades.

A descentralização é um processo que envolve a criação de subcentros que pode ser na forma espacial de shopping center, uma rua especializada ou centros (em diferentes atividades como os serviços médicos, tintas, móveis, etc), uma rua onde se concentre as atividades comerciais e prestadoras de serviços e, envolve ainda pequenos centros comerciais de bairros. Para que a descentralização ocorra, uma série de infra-estruturas são implantadas (antes e/ou depois), pressupõe a presença de mercado consumidor com renda, pressupõe determinado tamanho de cidade, envolve diferentes práticas e estratégias dos agentes produtores do espaço urbano, e ainda, linhas de ônibus intermunicipais, etc.

A descentralização é um processo com repercussões na organização do espaço intra-urbano, que se manifesta sob forma de uma medida, de caráter espontâneo ou planejado, que visa a diminuir a centralização urbana. Está associada ao crescimento, tanto em termos demográficos como espaciais, ampliando as distâncias entre a área central e as novas áreas residenciais: a competição pelo mercado consumidor, por exemplo, leva empresas comerciais a descentralizar seus pontos de venda com a criação de filiais nos bairros (CORRÊA, 1999).

Castells (1983) expõe que a centralidade urbana proveio, em primeiro lugar, da expressão em nível de espaço do que os estudiosos chamam, há algum tempo, de divisão social do espaço. À medida que há distintas atividades e distintos níveis sociais ligados a essas atividades, essa divisão se especializa e ao se espacializar, tem, a um só tempo, elementos de diferenciação, tanto em nível social como espacial. Os centros urbanos são a “expressão desta coordenação necessária das atividades e categorias sociais em sua dimensão espacial. Isto é, os centros urbanos são a organização espacial da configuração, do intercâmbio e da coordenação, na sua relação com o processo da divisão social do trabalho” (CASTELLS, 1983, p.65).

Sendo a cidade o lócus privilegiado de acumulação de capital e reprodução de grupos sociais, a partir do momento que a forma urbana do centro da cidade não mais se mostra adequada às necessidades da expansão capitalista, comprometendo a lucratividade, ela tende a se realocar, gerando o processo de “descentralização”, seja através de áreas (subcentros, distritos), seja através de eixos (principais vias de circulação), acompanhando, assim, as demandas espaciais do capital.

Avaliando o processo de descentralização nas cidades brasileiras, destacamos a relevância de sua especificidade, pois no Brasil não se há uma dispersão ou distribuição das

atividades tradicionalmente centrais pela cidade, mas, ao contrário, revelam-se novas formas de centralidade. A difusão do uso do automóvel e o aumento da importância do lazer e do tempo destinado ao consumo marcaram a redefinição da análise na escala intra-urbana ao redefinir o cotidiano das pessoas e a lógica da localização e do uso dos equipamentos comerciais e de serviços. Sposito (1991) propala que ao negar a concepção de centro único e monopolizador, recria a centralidade, multiplicando-a através da produção de novas estruturas que permitem novas formas de monopólios, porque (re)especializam e (re)espacializam as atividades comerciais e de serviços, reproduzindo em outras áreas da cidade as condições e qualidades centrais.

O processo de descentralização urbana é acentuado através das forças centrífugas. Nesse sentido, Ribeiro Filho (2004) alega que “as forças centrífugas estão relacionadas aos fatores de repulsão das atividades de comércio e serviços para fora da Área Central”. Assim, os mecanismos de repulsão que atuam sobre funções e formas da Área Central relacionam-se, segundo Colby (1958), com os seguintes aspectos para essa migração funcional: a) constante aumento do valor da terra, aluguéis e impostos; b) alto custo do sistema de transporte e congestionamentos; c) dificuldade de obtenção de espaço para a expansão das atividades; d) restrições legais, implicando a ausência de espaços; e) ausência ou perda de amenidades.

A descentralização, por outro lado, só se verifica quando há ou são criadas atrações em áreas não centrais, como as apontadas por Colby (1958): a) terras não ocupadas, a baixo preço e impostos; b) infraestrutura implantada; c) facilidade de transporte; d) qualidades atrativas do sítio; e) possibilidade de controle do uso das terras; f) presença de amenidades.

Corrêa (1999) afirma que a descentralização também está associada ao crescimento da cidade, tanto em termos demográficos como espaciais, ampliando as distâncias entre a Área Central e as novas áreas residenciais.

A descentralização foi viabilizada por intermédio do desenvolvimento dos meios de transportes mais flexíveis, como ônibus, caminhão ou automóvel. Resultou também dos interesses dos proprietários fundiários e dos incorporadores imobiliários. Entretanto, é preciso considerar a própria dinâmica capitalista, que de modo ponderável, atua subjacente aos fatores de repulsão e atração já citados.

De acordo com Corrêa (1999), a descentralização torna o espaço urbano mais complexo, com vários núcleos secundários de atividades. Assim, para o consumidor, os núcleos secundários

de atividades comerciais geram economia de transporte, induzindo a um maior consumo. Para o capital comercial, a descentralização leva ao desaparecimento das firmas dos bairros, que são pequenas e sem economia de escala. Para o capital imobiliário, a descentralização representa campo de novos investimentos e reprodução do capital, muito notável no caso dos shopping centers, em muitos casos planejados, construídos e administrados pelo capital vinculado ao setor imobiliário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da década de 70, na urbanização brasileira inicia-se um processo de mudança na sua rede urbana, na qual novas centralidades urbanas e metropolitanas começam a surgir. Assim, podemos afirmar que os temas ligados às cidades tornam-se de grande importância para os estudos sobre o planejamento urbano-regional a partir deste período. Nesse contexto, mesmo sendo cidades com origens da mesma colonizadora, os planos urbanísticos de Londrina e de Maringá possuem configurações significativamente diferentes, sendo que os traçados e as dimensões das ruas, quadras, praças e parques constituem formas que expressam práticas de produção diferenciadas. Assim, Londrina apresenta formas que produzem e são produzidas por lógicas que conduzem a processos de centralização, descentralização, de modo que permita e incentive a produção de novas áreas centrais que expressam centralidades diferenciadas.

Já em Maringá, suas formas permitem que haja um maior estendimento das atividades funcionais por meio de avenidas que se comportam como indutoras e que terminam por não saturar o Centro Principal, como no caso de Londrina. Tais fatos, acrescidos pela noção de extensão e de complexidade, orientam as lógicas da produção e reprodução do espaço urbano de ambas as cidades e fazem que tenham na redefinição da centralidade, um reforço em suas diferenças funcionais e estruturais comparativas.

Assim, em Maringá, encontramos um processo de reforço do Centro Principal, de maneira que certas atividades que, no caso de Londrina, procuraram outras áreas para se estabelecerem; lá, permaneceram no Centro Principal.

Londrina é constituída, pela concentração elevada de estabelecimentos no Centro Principal, fato que conduziu ao processo implosão-explosão – e, conseqüentemente, à

descentralização e redefinição da centralidade, reorientando o processo de estruturação urbana, por meio da valorização de novas áreas e ampliação da segmentação, da segregação e da fragmentação do espaço. Assim, o Centro Principal, após o acelerado crescimento urbano dos anos de 1970, expandiu-se, desdobrou-se, redefinindo sua centralidade e permitindo o surgimento de novas áreas centrais, como subcentros, eixos especializados, shopping centers (Figura 2), etc., com o Catuaí localizado na Rodovia Celso Garcia Cid, sendo voltado mais para a classe média alta, pois é direcionado à sociedade do automóvel em razão da distância do centro e localização estratégica para o atendimento de pessoas de outras cidades da região, com várias lojas âncoras, assim como do recente inaugurado – Abril de 2013 – Boulevard Londrina Shopping com suas 216 lojas projetadas, seis âncoras, seis semiâncoras, três restaurantes, 31 fast-foods, um hipermercado e uma área de lazer e entretenimento, sete salas de cinema e um boliche que também é voltado ao público de classe média lata e do Norte Shopping, na região norte de Londrina, voltado a atender a população da classe média, também com algumas lojas âncoras.

Encontramos dinâmicas diferenciadas nas cidades de Londrina e de Maringá no que se refere às expressões de centralidade, em que a primeira apresenta tendência a uma dispersão e a segunda a uma concentração. Com formas espaciais distintas, em ambas se encontram as dinâmicas da modernização e dos tempos rápidos.

Em Londrina, verifica-se a realização de obras e investimentos de reestruturação urbana, sobretudo, em áreas localizadas fora do Centro Principal, sendo esta uma tendência que se verifica, desde os anos de 1970.

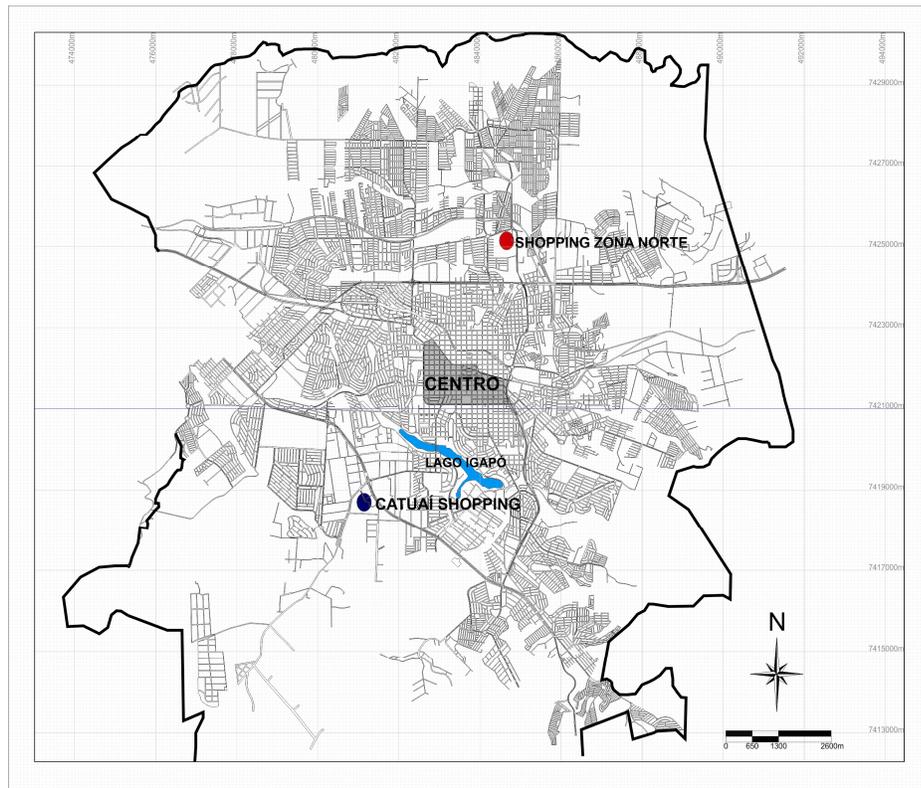


Figura 2: Localização dos Shoppings Centers da Cidade de Londrina, 2012.

Fonte: PML, 2010. Org. TÖWS, R. L., 2012.

Já, em Maringá, verifica-se o oposto, pois as grandes obras de reestruturação urbana localizam-se no Centro Principal, principalmente na área do projeto do “Novo Centro” (Figura 3), contínuo ao Centro Principal, tomado por construções de grandes empreendimentos imobiliários – já inaugurados, em fase final ou em fase inicial de construção –, necessitando de grandes investimentos em infra-estrutura, seguindo a tendência de ampla valorização da terra urbana naquela área. Em nosso ponto de vista, acreditamos que o termo “Novo Centro” não é o mais oportuno para explicar as modificações/transformações da paisagem urbana nessa área, pois não se trata da criação de um centro novo, mas da incorporação desta região vizinha ao centro tradicional.

Negri; Mendes (1998) criticaram o nome escolhido para o projeto, chamando-o de “Falso Novo Centro”. Assim, eles questionam a ideia de criação de um centro novo e, consideram a ideia errônea, pois segundo os autores, o que está ocorrendo é a incorporação da área pela expansão do centro tradicional. Entretanto, podemos dizer que neste local ocorreu o que

muitos autores chamam de expansão do centro ou centro expandido, ocorrendo apenas uma expansão territorial da área central, que vai ocupando áreas adjacentes ao centro tradicional.

Essa área do “Novo Centro” já estava delimitada junto ao centro tradicional desde o início do projeto inicial da cidade e ficou desabitada em função dessa área comportar o pátio de manobras da rede ferroviária. Assim, com a mudança do pátio de manobras em 1985 para fora da cidade, essa área ficou abandonada pelo poder público, sendo retomada com o projeto do novo centro na década de 1990, com o rebaixamento da linha férrea. Mais recentemente, em meados dos anos 2000, essa área começou a ser cobiçada pelos promotores e incorporadores imobiliários que acabaram transformando-a num canteiro de obras e no m² mais caro da cidade.



Figura 3: Edifícios em construção na Av. Horácio Racanelo construída sob os trilhos da linha férrea no “Novo Centro” de Maringá.

Fonte: Trabalho de Campo realizado dia 10/08/2012. Foto: MACHADO, J. R.

Segundo Silva (2006, p.228), em Maringá, mesmo diante das modificações conjunturais, há o reforço da centralidade no/do Centro Principal, propiciada por vários fatores, dentre os quais destacamos:

- a) Plano urbano com previsão para crescimento urbano; b) Interesses privados na valorização das terras da área, com permanência de estoques, áreas para expansão contínuas e práticas de especulação; c) Legislação urbana bastante

rígida quanto ao zoneamento funcional e quanto à imposição da cobrança de impostos; d) Prioridade nas Políticas públicas com foco em investimentos em obras de infra-estrutura na área; e) Convergência absoluta do transporte coletivo urbano e do transporte individual; f) Concentração predominante e absoluta dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços na área, inclusive públicos; g) Investimentos privados para instalação de *shopping centers* na área; h) Economia com inserção regional e articulações junto à rede urbana com a vinculação à área pela concentração de agências bancárias e escritórios de administração e contabilidade e, i) Ausência de processos que conduzam à fragmentação do tecido urbano.

Por outro lado, para Silva (2006, p.229), em Londrina, verifica-se a tendência da dispersão da centralidade e da constituição de novas áreas centrais, sobretudo, em função dos seguintes fatores:

a) Plano Urbano com rápida saturação do projeto inicial; b) Interesses privados na valorização de terras no Centro Principal, mas também, com elevado grau de importância, de áreas distantes para expansão urbana, com destaque à Zona Norte e ao setor Sudoeste; c) Ausência quase total de estoque de terras no Centro Principal e de possibilidades de expansão. D) Legislação urbana bastante flexível; e) Investimentos públicos com priorização de investimentos em obras de infra-estrutura em áreas de expansão, distantes do Centro Principal; f) Investimentos privados para instalação de *shopping center* de grande porte fora do Centro Principal; g) Há a convergência predominante do transporte coletivo urbano e do transporte individual, porém, encontra-se um processo de descentralização, com os terminais de bairro e com a presença de fluxos consideráveis de veículos em outras áreas; h) Concentração predominante dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços no Centro Principal, o que mantém sua importância para o conjunto urbano, porém, com a existência de outras áreas com adensamento considerável; i) Economia com ingresso de capitais externos que redinamizam fluxos e atribuem maiores complexidades à estruturação do espaço urbano; j) Evidências de processos de fragmentação do tecido urbano.

Diante do exposto, verificamos uma tendência à ocorrência do processo de descentralização e de redefinição da centralidade, principalmente, na cidade de Londrina, e vários fatores já apresentados contribuem com tal ocorrência. Na cidade de Maringá, também podem ser verificados processos de formação de áreas que expressam centralidades alternativas ao centro principal, porém, suas ocorrências são bastante tênues, pois vários fatores direcionam para o reforço da centralidade do Centro Principal.

Contudo, verifica-se em Maringá na última década, a tendência ao processo de descentralização urbana com a inauguração de três *shopping centers* (Figura 4) fora do centro

principal, dos quais dois deles foram construídos na BR-369: o Shopping Cidade anexo o Hipermercado BIG, na saída para Sarandi (BR-369) e o Shopping Catuaí, na saída para Paranaíba. Além destes, o Shopping Mandacaru Boulevard, localizado na av. Mandacaru, à duas quadras da mesma BR.

No que diz respeito ao tamanho e ao nível de atendimento dos shoppings, podemos dizer que o Cidade é o mais popular, pois é mais no estilo de galerias e é relativamente pequeno. O Mandacaru Boulevard é um shopping de vizinhança, também pequeno e é direcionado para atender um público da classe média baixa. Já o Catuaí seguiu os padrões do grupo Catuaí (recentemente vendido para o grupo BR Malls), pois busca atender um público da classe média alta, sendo considerado relativamente grande, com 32.329,95 de Área Bruta Locável (ABL), 216 lojas, 06 âncoras, 22 fastfoods, 01 centro de diversões, 05 salas de cinema, 01 hipermercado e 1650 vagas de estacionamento.

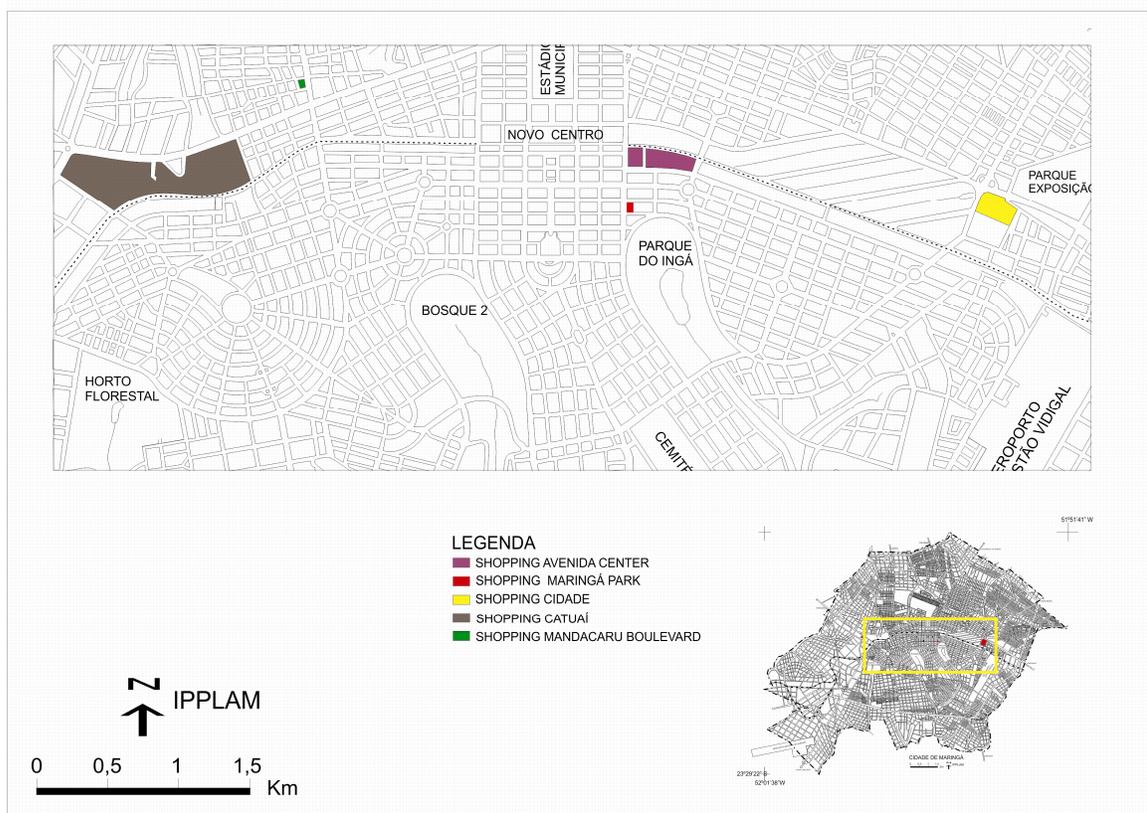


Figura 4: Localização dos Shopping Centers em Maringá em 2013.

Fonte: PMM, 2010. Org. TÖWS, R. L. 2012

Vale lembrar que o Catuaí foi construído voltado para atender à sociedade do automóvel, ou seja, para aquele que possui carro próprio, por isso fica fora da cidade e visa muito à população das cidades da região, assim como ocorre com o Catuaí de Londrina. Os outros visam população de vizinhança, principalmente o Mandacaru, que possui o Supermercado Canção como anexo. O Cidade, por sua vez, atende o público dos bairros das suas proximidades e também da região, principalmente da cidade de Sarandi, possuindo como lojas Âncoras o BIG e as Americanas.

O Shopping Catuaí (inaugurado em Novembro de 2010), foi construído estrategicamente fora do Centro Principal, do lado da Avenida Colombo (BR-376) com a PR-317, num entroncamento de vias com acesso a várias cidades da região. Este, em função do fluxo de pessoas que se direcionam ao Shopping, acabou ocasionado algumas mudanças estruturais no entroncamento das vias citadas, para facilitar a fluidez do trânsito, principalmente em horários de picos. Outro fator que atuará no fortalecimento do processo de descentralização urbana em Maringá é a construção de grandes empreendimentos fora do centro principal, em fase inicial e final: do Condor, que terá a sua segunda loja em Maringá; do Assai, ligado ao grupo Carrefour; e do Muffato Max – no formato Cash & Carry (autoserviço), popularmente conhecido “atacarejo”, que é uma combinação entre os formatos de Atacado (autoserviço) e Hipermercado – inaugurado em Novembro de 2012, todos localizado na Avenida Colombo, não distante mais que 600m um do outro.

Por outro lado, podemos notar também, um reforço da centralidade com a abertura de duas lojas, a segunda unidade das Lojas Havan – inaugurada em Novembro de 2001 – e outra do Supercenter Angeloni – inaugurado em Abril deste ano com mais de 40 mil metros quadrados de área construída, a unidade é a maior loja entre as outras 26 da rede – no limite do centro principal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da descentralização ocorre por meio de processos de valorização da terra urbana, por meio de cobrança de impostos que forcem a transformação de usos, realizando a modificação do uso residencial ao uso comercial ou de serviços, ou em processos em que se tem a convivência temporal destes. Assim, não é um processo de formação linear e tampouco harmônico, pois tem sua gênese nas buscas de maximização das possibilidades da reprodução capitalista. Nas cidades de Londrina e Maringá, tais áreas foram formadas, sobretudo, em ocasião do rápido crescimento populacional e territorial e do adensamento das atividades econômicas.

Podemos perceber que ocorreu em Maringá a intensificação do processo de centralidade mediante implantação de shopping centers na área central, como o Avenida Center e o Maringá Park, além de hipermercados como o Angeloni e o Muffato, além de diversos outros equipamentos de consumo coletivo. No entanto, foi iniciado de modo mais contundente o processo de descentralização, mediante a inauguração do shopping Catuaí em Novembro de 2010. Na contrapartida, a descentralização em Londrina, vem ocorrendo há muito tempo mediante ruas especializadas, criação de centros comerciais e de saúde em distintas áreas da cidade, bem como a implantação de shopping center (Catuaí inaugurado em Novembro de 1990 e o Londrina Norte Shopping inaugurado em Setembro de 2012) em área distante do centro da cidade.

Maringá entrou num processo mais acentuado de descentralização a partir da presença do Shopping Catuaí, das clínicas médicas e de outros empreendimentos (em fase inicial e final de construção) fora do centro principal, há exemplos de grupos de hipermercados. Já Londrina, por sua vez, passou por esse processo há vários anos e ainda está ocorrendo. Dessa forma, há novas formas sendo criadas neste processo denotando maior complexidade a Londrina.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

_____. Innovation technologique et centralité urbaine. **Cahiers de recherche sociologique**. Paris, vol. 6, n. 2. p. 28-36. 1988.

COLBY, C. C. Centrifugal and Centripetal Forces in Urban Geography. In: KOHN, C.; MAYER, R. (eds). **Readings in Urban Geography**. Chicago: The Chicago University Press, p. 287-298. 1958.

CORDEIRO, H. K. **O centro da metrópole paulistana**. São Paulo: USP-IG, 1980.

CORRÊA, R. L.. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 4ª Edição, 1999.

DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. de (Org.). **Percepção Ambiental**: a experiência brasileira. 2º ed. São Paulo: Studio Nobel; 1999.

RIBEIRO FILHO, V. A Área Central e Sua Dinâmica: Uma Discussão. In: **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 16 (31), p. 155-167. 2004.

LEFEBVRE, H. **La revolución urbana**. Madri, Espanha. Alianza Editorial, 1983.

MACHADO, J. R. **As centralidade e as (des)centralidades**: um olhar geográfico sobre a espacialidade dos serviços da saúde na cidade de Maringá. Maringá: DGE-UEM, 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia).

MENDES, C. M. **O Edifício no Jardim**: um Plano Destruído. A Verticalização de Maringá. São Paulo: DG-USP. 1992. Tese (Doutorado em Geografia).

NEGRI, S. M. & MENDES, C. M. O “Falso” Novo Centro de Maringá-PR. In. **Boletim de Geografia**. Maringá:UEM, nº 1 V. 1, Ano 16, 1998, p. 67-86.

RAMIRES, J. C. & SOARES, B. R. O arranha-céu e a modernização da paisagem urbana de Uberlândia. **História e Perspectiva**, Uberlândia, n. 12/13, p.29-57, jan./dez. 1995.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SILVA, W. R. da. **Para Além das Cidades. Centralidade e Estruturação Urbana**: Londrina e Maringá. Presidente Prudente, Unesp. 2006. Tese (Doutorado em Geografia)

SOUZA, M. A. de. **A Identidade da Metrópole – A Verticalização de São Paulo**. São Paulo, USP.1989. Tese (Doutorado em Geografia).

SPOSITO, M. E. B. Multi(poli)centralidade urbana. In: **Uma Geografia em Movimento**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 199-228.

_____. Novas Formas Comerciais e Redefinição da Centralidade Intra-Urbana. **Textos e contextos para leituras geográficas de uma cidade de médio porte**. Presidente Prudente: Pós-Geo Prudente-GASPPER, 2001, p. 235-254.

TÖWS, R. L. **O Processo de verticalização de Londrina e de Maringá (PR) Brasil**: o Estado e o capital imobiliário na produção do espaço. Maringá: DGE-UEM, 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia).

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp: Lincoln Stitute. 1998.